

# ATA DA 56ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, ás dezesseis horas e vinte e oito minutos, o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Léo França que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. EXPEDIENTE: Projeto de Lei nº: 5359/2025 do Vereador Tiago Leite; Projeto de Lei nº: 6167/2025 do Vereador Octávio Sampaio; Projeto de Lei nº: 6180/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento de Informação nº: 6179/2025 do Vereador Octávio Sampaio; Indicação Legislativa nº: 6158/2025 do Vereador Octávio Sampaio; Indicação nº: 6042, 6174 e 6177/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 6150, 6151, 6152, 6168 e 6178/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 6153/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Indicação nº: 6154, 6155, 6156, 6157 e 6161/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 6162, 6165 e 6173/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 6164/2025 do Vereador Gil Magno; Indicação nº: 6176/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do EXPEDIENTE, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: 1) GILDA BEATRIZ, PP - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou um tema de grande relevância tem gerado bastante preocupação: o corte de diversas oficinas na Escola Municipal Paulo Freire. É de conhecimento geral que tudo relacionado à inclusão é muito difícil de conquistar, e, justamente por isso, quando essas conquistas são alcançadas, é essencial garantir sua continuidade. Acredita-se que o prefeito terá a sensibilidade necessária para manter esses projetos, que são de extrema importância para as famílias com filhos matriculados na Escola Paulo Freire. Entre os projetos afetados, está o trabalho do Mestre Fumacinha com a capoeira, que foi interrompido não só nessa escola, mas também em outras onde ele atuava, desenvolvendo um trabalho altamente significativo na área da inclusão. Relatou que também foi cortada a banda marcial da escola, atividade considerada fundamental pela comunidade escolar. Além disso, a oficina de teatro, anteriormente conduzida pelo professor Rodolfo, foi encerrada, apesar de sua grande relevância. Muitos dos alunos que participavam dessas oficinas necessitam desse tipo de atendimento, uma vez que são atividades com caráter terapêutico. Diante dessa situação, foi encaminhado um ofício ao prefeito, com a conviçção de que ele demonstrará sensibilidade diante da importância desses projetos, assim como já tem demenstrado em outras iniciativas bem-sucedidas no município, como o projeto agita. São ações que não podem ser descontinuadas, pois representam conquistas importantes para as pessoas com deficiência.



necessário que a secretária de Educação compreenda a relevância dessas oficinas e se comprometa com a sua continuidade. Projetos voltados para a inclusão não devem ser interrompidos, especialmente os que atendem diretamente pessoas com deficiência. Apenas quem tem um filho ou familiar com deficiência entende a complexidade dos desafios enfrentados diariamente, desde as conquistas até os atendimentos especializados. Portanto, é essencial preservar o que já foi conquistado com tanto esforço. A expectativa é de que o prefeito Hingo acolha essa demanda com atenção e providencie, o mais breve possível, o retorno dessas oficinas tão significativas para a comunidade escolar. Agradeceu e despediu-se. 2) LÉO FRANÇA, PSB - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Um dos pontos levantados foi a apresentação do relatório do quadrimestre da educação, ocorrida no dia anterior, conduzida pela nova secretária de Educação, que até então exercia a função de subsecretária. Durante a audiência, a secretária tentou modificar uma planilha e não liberou o acesso necessário para que os vereadores pudessem acompanhar a apresentação com a devida transparência Relatou que apesar dos diversos questionamentos feitos, a secretária alegou, repetidamente, que estava no cargo havia apenas 24 horas e, por isso, não teria tido acesso às perguntas formuladas anteriormente. Essa postura gerou desconfiança e levou à suspeita de que o governo teria articulado o esvaziamento da audiência. dificultando o aprofundamento das discussões sobre a educação. Nem mesmo o diretor financeiro compareceu, apesar da importância do tema. Afirmou ter saído da sessão com muitas dúvidas. Um dos temas abordados foi o aumento no valor do Vale Educação, anunciado pelo prefeito em vídeo divulgado na rodoviária. O valor subiu, sem que houvesse aumento correspondente no número de alunos da rede municipal. Apontou o contraste entre esse aumento e a alegada falta de recursos para áreas como a merenda escolar, que atualmente representa um investimento mensal de aproximadamente R\$ 590 mil. Quando questionada sobre isso, a secretária afirmou não ter conhecimento nem acesso ao relatório. Ainda durante a audiência, foi abordada a atuação de empresas terceirizadas e a questão dos aluguéis vinculados à Secretaria de Educação. Segundo informações, são 17 aluguéis, mas apenas cerca de seis constam no portal do Fundo Municipal de Educação, o que gerou preocupação com a transparência da gestão. Criticou o projeto do Inpas, que, segundo ele, poderá prejudicar milhares de servidores da educação. Destacou que o governo municipal se recusa a dialogar e a reconhecer que o projeto, mal elaborado, não atende às necessidades da categoria. A responsabilidade, ressaltou, é do próprio governo, que deveria retirar o projeto, refazê-lo e pedir desculpas à Câmara e aos servidores. Além disso, foi mencionada a matéria publicada pelo jornal Diário de Petrópolis, que abordou o aumento da dívida consolidada do município, que chegou a R\$ 793 milhões, um acréscimo de mais de R\$ 170 milhões em apenas quatro meses. Parabenizou os jornais Diário de Petrópolis e Tribuna de Petrópolis pela seriedade com que analisaram os números apresentados por ele e outros parlamentares. Outro ponto destacado foi o reajuste de 70% nos salários do prefeito, secretários e do vice-



prefeito, aprovado no final do ano anterior. Criticou duramente o aumento, considerando-o imoral diante da crise financeira enfrentada pela cidade, a falta de medicamentos básicos e o sucateamento da merenda escolar. Reforçou o apelo para que o prefeito cancele esse aumento. Relembrou uma tentativa de resolução da questão do ICMS envolvendo o ex-prefeito Rubens Bomtempo e o então prefeito eleito de Teresópolis. Destacou que, apesar da boa vontade de ambas as partes em buscar uma solução junto ao STF, o atual prefeito Hingo Hammes recusou-se a colaborar, afirmando que só trataria do tema quando estivesse no exercício do mandato. Segundo o vereador, essa postura custou ao município perdas superiores a R\$ 100 milhões. A situação crítica nas unidades de saúde, como a UPH de Pedro do Rio e da Posse, foi igualmente mencionada. Falta de medicamentos, de materiais para exames e a superlotação indicam a gravidade do problema. Solicitou atenção especial à audiência pública sobre o Inpas, marcada para o dia 11/06, lembrando que o presidente do instituto só compareceu à Câmara após ultimato do presidente da casa. Denunciou o uso de cargos comissionados e servidores públicos em eventos políticos fora do horário de expediente. Relatou o caso de um ônibus que saiu da COMDEP, às 12h30, com destino a um evento político na Aleri, promovido por um deputado que, segundo ele, nunca contribuiu efetivamente com a cidade. O uso de servidores em horário de trabalho para fins políticos, segundo o parlamentar, é inaceitável e será alvo de requerimento de informação. Agradeceu e despediu-se. 3) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou que, assim como tem ocorrido em diversas audiências públicas realizadas desde a semana anterior, a audiência sobre educação, ocorrida no dia anterior, evidenciou preocupações sérias com a gestão da área. Durante a apresentação do relatório enviado pela Secretaria de Educação, constatou-se um aumento expressivo nas licenças por motivo de saúde. Conforme publicado no Diário Oficial de 3 de junho, apenas na área da educação, foram registradas 11 readaptações funcionais e 8 licenças médicas, tudo isso em um único dia. Mencionou que os afastamentos atingem profissionais de diferentes faixas da categoria, em sua maioria por questões de saúde mental, exaustão, sobrecarga e faita de reconhecimento profissional. Na audiência, questionou a secretária de Educação, ainda que recém-empossada, sobre o projeto educacional da gestão atual e qual seria a proposta concreta para conter o adoecimento dos trabalhadores. Reiterou que também, na audiência pública da saúde, foram feitas perguntas semelhantes, especialmente quanto às ações previstas para fortalecimento da Estratégia de Saúde da Família, da atenção básica e, principalmente, da saúde mental. Segundo ela, a resposta do governo foi genérica, afirmando que "seria feito algo", mas sem apresentar qualquer plano ou iniciativa específica. Diante disso, criticou a ausência de planejamento, alertando que "quando não há projeto, qualquer caminho parece servir". Mencionou que a Conferência Municipal de Educação ocorrerá ainda neste ano, ocasião em que serão analisados indicadores como o cumprimento de metas na educação infantil, ampliação de vagas em creches e valorização dos profissionais da



área. Nesse contexto, afirmou que, ao se dizer que o reajuste de 70% aos cargos do alto escalão é abusivo, é preciso inverter a lógica: esse seria o reajuste justo a ser concedido aos servidores municipais. Declarou, inclusive, que, caso o Executivo envie uma proposta nesse sentido, já adiantou seu apoio e voto favorável. Entretanto, criticou a atual gestão por encaminhar projetos que, ao invés de valorizar, prejudicam os servidores. Um exemplo citado foi o projeto de reforma da previdência, que propõe o aumento da idade de aposentadoria para muiheres, a redução para homens e a retomada da contribuição previdenciária por parte dos aposentados, uma proposta classificada como retrocesso. Questionou se o Executivo acredita que o machismo tenha sido superado dentro da prefeitura, visto que as mulheres continuam sendo as mais sobrecarregadas, tanto dentro quanto fora de casa, e são justamente as que mais figuram nos registros de afastamentos por adoecimento no Diário Oficial. Relatou ainda a ausência de diretrizes na saúde pública. No mesmo Diário Oficial, consta a publicação da licença ambiental para construção de uma policlínica na Coronel Veiga, contrariando estudos técnicos anteriores que previam sua instalação em Itaipava. Criticou o que chamou de decisões baseadas no "achismo", sem respaldo técnico ou diálogo com as evidências científicas disponíveis sobre a rede de saúde de Petrópolis. Mencionou o fechamento do CRAS no Vale do Carangola e advertiu sobre o risco de fechamento de escolas, uma vez que já ocorrem junções de turmas em Centros de Educação Infantil, com o claro objetivo de evitar novas contratações, evidenciando um problema estrutural que se agravou em poucos meses de governo. Ressaltou ainda que, apesar de o reajuste dos servidores estar previsto para julho, a proposta ainda não foi apresentada à Câmara, tampouco informado o percentual. Por fim, relatou que, em 31 de março, a prefeitura paralisou as obras do Teatro Dom Pedro, mesmo após o repasse de R\$ 1 milhão em emenda parlamentar da deputada Jandira Feghali. Segundo ela, falta pouco para a conclusão da obra, mas não se percebe esforço do Executivo para retomá-la. Encerrando sua fala, reiterou sua profunda preocupação com os rumos da cidade. Mencionou que, ao ser questionado sobre estratégias para aumento da arrecadação, o secretário de Fazenda não soube responder. Ressaltou que o primeiro semestre, período de maior receita municipal, já demonstra deficiências graves, como o não cumprimento da obrigatoriedade de investimento mínimo de 25% na educação. Diante disso, expressou dúvidas quanto à capacidade da gestão de garantir investimentos e estratégias eficazes no segundo semestre, período de recursos ainda mais escassos. Agradeceu e despediu-se. 4) JÚNIOR CORUJA, PSD - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou com tristeza uma postagem feita por um morador e empreendedor do bairro do Bingen, que expressou, com razão, sua indignação e tristeza diante da situação enfrentada pela comunidade local. Ao iniciar sua fala, agradeceu aos quase 700 votos recebidos naquele bairro nas últimas eleições, reafirmando seu compromisso com os moradores. Mencionou que subia à tribuna movido por um sentimento de preocupação e responsabilidade diante do clamor desse cidadão. Mariane Martins, que usou as redes sociais para relatar, de forma



angustiante, a crescente violência que tem assolado o Bingen. Destacou que esse testemunho não é um caso isolado, mas sim um reflexo da realidade enfrentada diariamente por muitos moradores, pessoas que apenas tentam viver com dignidade, sair para trabalhar ou levar os filhos à escola. Segundo ele, quando um morador afirma, com dor na voz, que tem medo de sair de casa, que não vê a presença do poder público nas ruas, e que o tráfico, assaltos e furtos estão crescendo, o poder público tem o dever moral e institucional de agir. Reiterou que não se pode permitir que a violência se torne algo normal e que roube a paz da população. Criticou a falta de medidas estruturadas para lidar com a questão e ressaltou que a violência urbana é um fenômeno complexo, cuja solução vai álém da repressão policial. Por isso, propôs que o Executivo Municipal, em sintonia com a Câmara, adote ações concretas e integradas para reduzir o sofrimento da população do Bingen. Anunciou que seu gabinete protocolará uma indicação legislativa e um ofício ao excelentíssimo governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, solicitando o reforço do programa Segurança Presente, especialmente em pontos críticos da cidade. Como exemplo, mencionou um caso ocorrido há cerca de 15 dias no bairro de Araras, onde dois homens armados renderam um motociclista e furtaram sua moto nas proximidades de uma cabine policial que, por falta de efetivo, estava desguarnecida no momento. Mencionou também que relatos semelhantes chegaram ao seu gabinete sobre a cabine do Bingen, e por isso, formalizará um pedido de reunião com o comandante do 26º Batalhão de Polícia Militar, com a participação do prefeito, a fim de solicitar reforço na segurança, principalmente nas entradas da cidade. Além disso, afirmou que solicitará ao prefeito o reforço das equipes da Guarda Municipal. com atuação mais visível e articulada às forças de segurança estaduais, para promover rondas regulares nos bairros mais afetados. Destacou também a necessidade de melhorias na iluminação pública, instalação de câmeras de vigilância integradas ao centro de operações do município, além de investimentos em projetos sociais voltados à juventude, com foco na educação, esporte, cultura e qualidade de vida. Reiterou que combater a violência não é responsabilidade exclusiva da polícia, mas sim um compromisso de todos os poderes, Executivo, Legislativo, Judiciário, e da sociedade civil. Defendeu a escuta ativa das demandas da população e a restituição do direito de viver em paz. Por fim, expressou sua sofidariedade e compromisso com o morador do Bingen que teve a coragem de denunciar a situação, afirmando que seu clamor não será em vão. Informou que já realizou uma reunião em seu gabinete e que, nos próximos dez dias, seu foco estará voltado para o bairro do Bingen. Ressaltou que o bairro abriga muitos amigos e famílias que estão assustados com os acontecimentos das últimas semanas. Comprometeu-se a conversar com o prefeito e acionar diretamente o governador Cláudio Castro por meio de contatos próximos, afirmando que já passou da hora de ampliar o efetivo policial na cidade. Alertou que, apesar de Petrópolis ainda apresentar índices baixos de criminalidade, a situação pode sair do controle se não houver uma resposta imediata. Encerrou sua fala pedindo o apoio dos demais parlamentares para, juntos, atuarem no enfrentamento à desordem



no Bingen e na defesa da segurança de toda a cidade de Petrópolis. Agradeceu e despediu-se. 5) TIAGO LEITE, PSD - Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Expressou grande felicidade em relação à gestão do prefeito Hingo Hammes. Destacou que essa satisfação surge ao ouvir vereadores da oposição, como a vereadora Lívia Miranda, que, em contribuição à fala do vereador Léo França, afirmou que o problema da cidade não está na gestão, mas sim na arrecadação. Isso, para o parlamentar. demonstra que o prefeito vem realizando uma gestão brilhante. Ressaltou que essa boa gestão fica evidenciada, por exemplo, com a sanção pelo prefeito de um projeto de sua autoria que amplia o exame do teste do pezinho, beneficiando os pais e as mães de recém-nascidos. Essa medida, segundo ele, reforça o olhar atento da administração municipal para as crianças. Ressaltou que, ao olhar para a cidade, nota uma Petrópolis diferente, limpa e bem cuidada. Aproveitou para parabenizar a presidente da COMDEP, Fernanda Ferreira, pela ótima gestão à frente da coordenação da limpeza pública, sob a orientação do prefeito. Sobre o projeto sancionado que amplia o exame do teste do pezinho para todas as crianças, explicou que essa foi uma proposta que já apresentava desde sua candidatura. Destacou a importância desse exame completo para a detecção precoce de possíveis problemas de saúde, o que permitirá intervenções rápidas e a garantia de melhor qualidade de vida para os recém-nascidos. Para ele, essa conquista representa uma grande felicidade, pois o povo petropolitano poderá usufruir desse benefício. Reconheceu a sensibilidade do prefeito em atender a essa necessidade da população. Concordou com a vereadora Lívia Miranda sobre o fato de que o principal problema da cidade atualmente está na arrecadação, e não na gestão. Por isso, parabenizou o prefeito pela excelente administração, destacando que, apesar desse desafio, o governo municipal continua avançando para proporcionar melhor qualidade de vida à população, seja no transporte, saúde ou mobilidade urbana. Enfatizou que os vereadores estão empenhados em representar a população junto à prefeitura e agradeceu o apoio dos colegas presentes em sua fala. Comentou sobre a oposição na Câmara, afirmando que, para ele, a oposição não existe da forma tradicional. Considera que a base do governo é composta justamente por aqueles que fiscalizam as ações do Executivo, visitando unidades de saúde e órgãos públicos para identificar irregularidades, comunicando os responsáveis e cobrando soluções. Reforçou que a verdadeira oposição deve ser construtiva, apresentando críticas com sugestões de melhorias. Criticar apenas por criticar, segundo ele, não resolve os problemas. Ele ressaltou a importância de reconhecer os acertos da gestão, mesmo que nem sempre sejam favoráveis a todos. Por fim, destacou a humildade do prefeito Hingo, elogiando sua postura de atender pessoalmente a população, abrir as portas do gabinete e estar presente na ponta, junto às comunidades, para compreender suas necessidades e buscar soluções. Encerrando, agradeceu a oportunidade de falar e reafirmou seu compromisso de defender os direitos das mulheres e da população petropolitana, ressaltando que é necessário reconhecer o trabalho dos que se dediçam diariamente



ao bem-estar da cidade. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS o Senhor Presidente, passou à ORDEM DO DIA: Registre-se que a sessão foi suspensa interrompida às dezoito horas e vinte e três minutos; Registre-se que a sessão foi retomada às dezoito horas e vinte e oito minutos; Ato contínuo. Colocado em discussão e votação o Pedido de Vista por 3 sessões do Projeto de Lei nº: 3363/2024 do Vereador Octávio Sampaio; o Pedido foi negado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Léo Franca: Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso, a Vereadora Professora Lívia, o Vereador Junior Coruja e o Vereador Thiago Damaceno votaram a favor do pedido; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3363/2024 do Vereador Octávio Sampaio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio e do Vereador Léo França; Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso, a Vereadora Professora Lívia e o Vereador Thiago Damaceno votaram contra o Projeto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 3885/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Léo França e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação única da Indicação Legislativa nº: 1779/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio, do Vereador Dudu, do Vereador Leo França e do Vereador Tiago Leite; Colocado em discussão e votação em bloco as indicações nº: 0915, 0916, 0917, 1700, 1702, 1706, 2915, 2972, 3007, 3008, 3010, 3165, 3201, 3202, 3935, 3936, 3937, 4178, 4193, 4195, 5309, 5863, 5906, 5970, 5973, 5990 e 5991/2025; As Indicações foram aprovadas com 14 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dr. Aloísio; Terminada a ORDEM DO DIA e NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, a Presidência, às dezenove horas e trinta minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia cinco de junho às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins